

Reunião Ordinária – Ata nº 16/2016

Data – 2016-08-02

Início – 09.35 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 10.42 horas

Presenças:

Presidente	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque
Vereadores	João Carlos Caseiro Gomes Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis Luís Filipe Correia Dias Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço (em substituição)

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Falta Justificada: Não estiveram presentes os Vereadores, Celeste Maria Ferreira Riachos Simão e Avelino Manuel Conceição Manana, por motivo de férias.



Resumo Diário da Tesouraria de 01-08-2016:

a) Dotações Orçamentais.....	€8.407.272,59
b) Dotações não Orçamentais.....	€143.490,31
Total das Disponibilidades	€8.550.762,90



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta e cinco minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Vereadores, Luís Filipe Correia Dias, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório e Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço, por não terem estado presentes, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por informar que no dia 14 de agosto de 2016, juntamente com o Vereador Manuel Valamatos, embarcam para Timor a convite do Governo Timorense, para integrarem uma comitiva de municípios portugueses, com vista à participação numa conferência internacional e para a realização de uma visita às cidades com quem os municípios portugueses assinaram protocolos de colaboração, para a instalação do poder democrático em Timor.

Tomado conhecimento.



Informou que hoje, pelas 17,30 horas, terá lugar a cerimónia de assinatura do auto de receção da empreitada "Ponte Metálica de Abrantes", no Aquapolis Sul, com a presença do Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques.

Trata-se de uma organização das Infraestruturas de Portugal, SA., cabendo à autarquia apenas o apoio logístico para a organização da cerimónia.

As Vereadoras do PSD e CDU, respetivamente, Elza Vitório e Ricardina Lourenço, confirmaram a presença na referida inauguração.

Tomado conhecimento.



Informou também que o POVT – Programa Operacional Temático da Valorização do Território fez a transferência para os Serviços Municipalizados de Abrantes, do valor contratado para levar a água ao sul do concelho a partir de Castelo de Bode, no montante de cerca de 314 mil euros, permitindo assim continuar com este grande investimento, referindo também que já existe nova candidatura no âmbito do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, pelo que se aguarda por essa aprovação, para prosseguir de forma mais célere com o restante trabalho.

Aproveitou para relembrar que a Abrantáqua apresentou uma candidatura para obtenção de financiamento do ponto de vista comunitário para a intervenção que foi feita na ETAR dos Carochos. Se essa candidatura for aprovada, significa que a verba a fundo perdido, irá permitir uma revisão ao abrigo do contrato assinado, uma diminuição das tarifas, tendo em conta que o



que está previsto no contrato de concessão, por um lado é o de converter essa verba em mais investimento e por outro, haver uma redução das tarifas.

Disse ainda, ser preferível haver uma diminuição da tarifa para o consumidor final, do que continuar a fazer investimento.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu conhecimento que se realiza hoje, a Abertura Oficial do XVI do ACAREG - Acampamento Regional de Portalegre-Castelo Branco.

Este acampamento vai juntar cerca de 700 participantes, oriundos de toda a região da Diocese de Castelo Branco e Portalegre e decorrerá de 2 a 7 de agosto, no Parque Urbano de S. Lourenço, em Abrantes.

A cerimónia está prevista para as 21,30 horas, na Praça Barão da Batalha com a entrega, pelas mãos do Chefe Nacional do CNE, do Diploma de Mérito à Câmara Municipal de Abrantes e a Medalha de Agradecimento Ouro, à Presidente da Câmara Municipal de Abrantes.

Referiu que se trata de uma iniciativa que decorre anualmente por esta altura do ano e é a primeira vez que a mesma se realiza em Abrantes com esta dimensão.

Convidou todos os elementos do executivo para estarem presentes na referida cerimónia.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento que no passado dia 29 de julho, foi apresentado no Tecnopolo do Vale do Tejo, a plataforma de comércio eletrónico (Prodfarmer), que contou com a presença da Presidente da CCDR Centro, Ana Abrunhosa, tendo dado os parabéns à autarquia por esta plataforma, desejando que a mesma seja alargada a outros municípios.

Esta plataforma disponibiliza aos produtores do concelho a possibilidade de utilização do comércio eletrónico, que permite a compra e venda de produtos online, bem como a sua certificação como "Produto Regional de Abrantes", fazendo de Abrantes, município pioneiro na valorização e certificação de produtos regionais.

Existem duas categorias para a certificação dos produtos: Selo Produto Regional de Abrantes e Selo Produto Regional de Abrantes Premium.

Desde que seja produzido ou transformado no concelho de Abrantes, o produto recebe a certificação automática de Selo Produto Regional de Abrantes.

Para ser Premium, o processo é mais complexo. Terá de existir já uma certificação desse produto/produtor (DOP, IGP, Biológico, Artesanal ou DOP) ou ter sido premiado a nível nacional e/ou internacional nos últimos 5 anos.

Integrada no projeto municipal "Abrantes, Cidade Inteligente", o projeto é da Câmara Municipal de Abrantes, em parceria com a Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação; o Centro de Transferência de Tecnologia Alimentar do

TAGUSVALLEY e a TAGUS- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, que fará a sua gestão, divulgação e dará todo o apoio técnico aos produtores.

A solução tecnológica é da COMPTA. Foi desenvolvida no Tecnopolo do Vale do Tejo com o envolvimento de alunos da ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

A plataforma tem uma secção especial para produtos biológicos, produtos regionais e produção gourmet.

Os ganhos são evidentes: os produtores têm acesso facilitado aos serviços de certificação dos seus produtos e, ao mesmo tempo é um canal de venda e procura de novos mercados, gratuito, com escala e qualidade, sem despesas operacionais que lhes garante maior visibilidade e valorização, sistema seguro de compra e pagamento, para além do escoamento de produtos. Este projeto-piloto pretende ser alargado, depois de Abrantes, a toda a região do Médio Tejo.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara informou também que, após análise técnica das propostas apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo (OP) 2016/17, procedeu-se a elaboração de lista provisória de projetos elegíveis e no elegíveis que pode ser consultada no balcão digital Abrantes 360, acessível através do site do Município ([https://op.cm-abran](http://www.cm-abrantes.pt), mediante registo, ou no site do OP, em <a href=)tes.pt.

Das 29 propostas apresentadas, a equipa técnica considerou que 22 reúnem condições para seguirem para votação.

Analisada a incidência territorial das propostas apresentadas, verifica-se a seguinte repartição por freguesia: União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede – 4; União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto – 1; União de Freguesias de Alvega e Concavada – 1; Freguesia de Bemposta – 1; Freguesia de Carvalhal – 2; Freguesia de Fontes – 1; Freguesia de Martinchel – 1; Freguesia de Mouriscas – 2; Freguesia do Pego – 5; freguesia de Rio de Moinhos – 3; União de Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós – 1; Freguesia de Tramagal – 3. Não foi apresentada qualquer proposta com incidência territorial na União de Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo.

As restantes propostas (4) têm abrangência a todo o território do concelho.

A maioria das propostas de intervenção apresentadas pelos cidadãos incidem nas áreas cultural e espaço público e espaços verdes, seguidas das infraestruturas viárias, educação e juventude, desporto, turismo, comércio e desenvolvimento económico e ação social e habitação.

O período de votação das propostas decorre entre 1 de agosto e 15 de setembro.

O Orçamento Participativo é uma ferramenta que delega nos cidadãos a decisão relativamente ao que fazer com uma parte do Orçamento do Município. Para a edição de 2016/2017 a Câmara disponibiliza 266 mil euros.

Tomado conhecimento.

A Presidente da Câmara deu conhecimento que o Casal da Coelheira Reserva 2015, surge em 3º lugar do conjunto de 20 melhores vinhos brancos para este verão, publicado na revista Forbes.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conhecimento que a Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., alterou o seu logotipo, pelo que distribuiu um documento pelos elementos do executivo, para conhecimento da nova imagem da referida empresa.

Tomado conhecimento e enviar aos serviços para que tenham conhecimento dessa informação.



Deu ainda conhecimento que no dia 12 de agosto de 2016, será celebrado o Dia Internacional da Juventude, no Complexo Municipal de Piscinas da Cidade Desportiva de Abrantes, entre as 10,00 e as 22,00 horas, com a realização de um conjunto de iniciativas, nomeadamente, uma fase de apuramento para as Olimpíadas do Médio Tejo em Jogos Tradicionais; Música com o DJ Kid Kat; Mega aulas Aqua Zumba; Insuflável Aquático: pista de obstáculos de 12 metros; Jogos de Estratégia, Miniaturas e Cartas Colecionáveis; Caminhada: Passeio ao Luar, aberto da toda a comunidade, numa parceria com a Associação Aventureiriquinte.



Por último, distribuiu pelos elementos do executivo, um exemplar do guia das praias fluviais – zonas balneares e de lazer, uma vez mais patrocinado pela autarquia de Abrantes, onde vem referenciada a Praia Fluvial de Aldeia do Mato e a Estação de Canoagem de Alvega, assim como, vouchers com promoções especiais nas atividades desportivas, culturais e de alojamento nas regiões aderentes. No que diz respeito a Abrantes, poderão usufruir de promoções no Kartódromo de Abrantes; Estação de Canoagem de Alvega "Descobrir o Caminho do Tejo em Alvega"; Centro Equestre de Abrantes e VDF – Vale de Ferreiros, Agro-Turismo "Descansar no Campo com Aula de Equitação".

Referiu ainda, que esta é uma forma de divulgar os investimentos que têm vindo a ser feitos nestas áreas.



VEREADORA RICARDINA LOURENÇO

A Vereadora Ricardina Lourenço referiu que ontem, dia 01 de agosto, ao fim da tarde, denotou um cheiro nauseabundo, perto da igreja de Mouriscas. Disse que indagou alguns moradores sobre o assunto, que lhe responderam que esta situação ocorre com alguma frequência.

O Vereador Manuel Valamatos explicou que esta situação acontecia com alguma frequência, principalmente em dias de muito calor, mas desde que a Abrantáqua desenvolveu uma ação técnica, o problema ficou resolvido e há muitos meses que não tem havido queixas. Referiu que se deve tratar de uma situação pontual, no entanto irá verificar a situação e agradeceu a sinalização da mesma.



VEREADORA ELZA VITÓRIO

A Vereadora Elza Vitório agradeceu à Presidente da Câmara o envio dos esclarecimentos sobre as questões por si colocadas, relativamente à arborização/rearborização com eucaliptos no concelho de Abrantes e questionou qual a percentagem de área florestal do concelho e dessa percentagem, qual a área ocupada com eucaliptos, tendo em conta que esta era a questão que inicialmente tinha colocado.

A Presidente da Câmara referiu que de momento não tem em seu poder esses dados, mas irá solicitar aos respetivos serviços a informação solicitada.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Gabinete de Apoio à Presidência

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou correspondência da Associação Nacional de Municípios, a dar conhecimento da sua tomada de posição, manifestada junto do Secretário de Estado da Administração Local, relativamente ao Apuramento Total da Dívida dos Municípios, mais concretamente ao excecionamento dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos cofinanciados pela UE.
– PG 285517

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou correspondência enviada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas a informar a Câmara Municipal que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) foi aprovado por despacho da Vogal do Conselho Diretivo do ICNF a 27/06/2016, nos termos do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, publicado em anexo ao Despacho nº 4345/2012, de 27 de Março, com um período de vigência de cinco anos. Mais informam que esta aprovação está condicionada à revisão e ajustamento do período de planeamento de 2014-2018 para 2016-2020. – PG 284767

Tomado conhecimento.



Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou correspondência da Junta de Freguesia de Tramagal, a dar conhecimento da Moção de Desagrado da Assembleia de Freguesia de Tramagal, referente à gestão do Centro de Saúde do Tramagal, aprovada por unanimidade naquele órgão no passado dia 8 de junho. – PG 283864

Tomado conhecimento.



Nº 04 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou correspondência do Colégio Nossa Senhora de Fátima, informando que, tal como previsto, encerraram a sua atividade com o final do ano letivo 2015/2016, agradecendo a colaboração do Município ao longo dos seus 76 anos de existência. PG 284771

Tomado conhecimento.



Nº 05 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou correspondência do Grupo Parlamentar do PCP, informando sobre o Agendamento Potestativo do Grupo Parlamentar do PCP, que se realizou no Plenário da Assembleia da República no dia 30 de junho pelas 15 horas, sobre o Projeto de Lei n.º 231/XIII- 1.ª do PCP que "Estabelece o Regime para a Reposição das Freguesias". Em anexo remeteram o referido Projeto de Lei, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP. – PG 283540

Tomado conhecimento.



Serviço Municipal de Proteção Civil

Nº 06 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho, datado de 15 de julho de 2016, que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborização/arborização com eucalipto-comum numa área de 14,12ha, numa propriedade denominada, Perna Seca, secção W artigo nº 18 da Freguesia de Bemposta, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, por Altri Florestal, SA.. – PG 281422

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a



ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da Vereadora do PSD, Elza Vitório e o voto contra da Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearboreização/arborização com eucalipto-comum numa área de 14,12ha, numa propriedade denominada, Perna Seca, secção W artigo nº 18 da Freguesia de Bemposta, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., por Altri Florestal, SA., nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos no ofício enviado ao ICNF e na informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística, datada de 16 de junho de 2016.

A Vereadora Ricardina Lourenço votou contra a proposta e a vereadora Elza Vitório absteve-se, pelas mesmas razões que sustentaram os respetivos sentidos de voto, em situações semelhantes deliberadas anteriormente.



Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho, datado de 15 de julho de 2016, que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearboreização/arborização com eucalipto-comum numa área de 3,07ha, numa propriedade denominada, Salgueiro de Água, secção L, artigo nº 106, da Freguesia de Tramagal, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., por Altri Florestal S.A. – PG 283911

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da Vereadora do PSD, Elza Vitório e o voto contra da Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearboreização/arborização com eucalipto-comum numa área de 3,07ha, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., por Altri Florestal SA., nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos no ofício enviado ao ICNF e na informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística, datada de 30 de junho de 2016.

A Vereadora Ricardina Lourenço votou contra a proposta e a vereadora Elza Vitório absteve-se, pelas mesmas razões que sustentaram os respetivos sentidos de voto, em situações semelhantes deliberadas anteriormente.



Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho, datado de 15 de julho de 2016, que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborezação/arborização com eucalipto-comum em 1,09ha em Ribeiro Carvalho, na freguesia de Martinchel e parecer para arborização com eucalipto-comum em 1,46ha, em Vale de Tourizes na União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, por José Carlos Rodrigues Silvério. – PG 284874

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da Vereadora do PSD, Elza Vitório e o voto contra da Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborezação/arborização com eucalipto-comum em 1,09ha em Ribeiro Carvalho, na freguesia de Martinchel e parecer para arborização com eucalipto-comum em 1,46ha, em Vale de Tourizes na União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., por José Carlos Rodrigues Silvério, nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos no ofício enviado ao ICNF e na informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística, datada de 06 de julho de 2016.

A Vereadora Ricardina Lourenço votou contra a proposta e a vereadora Elza Vitório absteve-se, pelas mesmas razões que sustentaram os respetivos sentidos de voto, em situações semelhantes deliberadas anteriormente.



Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho, datado de 15 de julho de 2016, que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborezação/arborização com eucalipto-comum numa área de 19,68ha, em Amieira Cova, secção T, artigo nº 1, da União das Freguesias de Alvega e Concavada, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, por Maria Anastácia Lopes. – PG 284881

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da Vereadora do PSD, Elza Vitório e o voto contra da Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de

rearborização/arborização com eucalipto-comum numa área de 19,68ha, apresentado no ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., por Maria Anastácia Lopes, nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos no ofício enviado ao ICNF e na informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística, datada de 06 de julho de 2016.

A Vereadora Ricardina Lourenço votou contra a proposta e a vereadora Elza Vitório absteve-se, pelas mesmas razões que sustentaram os respetivos sentidos de voto, em situações semelhantes deliberadas anteriormente.



Nº 10 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho, datado de 15 de julho de 2016, que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborização/arborização com eucalipto-comum numa área de 11,34ha, dos quais 8,65ha vão ser plantados com eucalipto-comum, numa propriedade denominada, Vale de Caminhos, secção K, artigo nº 2, da Freguesia de Bemposta, apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., por Navigator Forest Portugal, S.A.. – PG 284019

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da Vereadora do PSD, Elza Vitório e o voto contra da Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a emissão de parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborização/arborização com eucalipto-comum numa área 8,65ha, apresentado no ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., por Navigator Forest Portugal, S.A., nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos no ofício enviado ao ICNF e na informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística, datada de 30 de junho de 2016.

A Vereadora Ricardina Lourenço votou contra a proposta e a vereadora Elza Vitório absteve-se, pelas mesmas razões que sustentaram os respetivos sentidos de voto, em situações semelhantes deliberadas anteriormente.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 11 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 15 de julho de 2016,



remetendo para aprovação, a listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de junho do corrente ano, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 478,60€ (quatrocentos e setenta e oito euros e sessenta centimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data daquela informação. – PG 282888

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de junho do corrente ano, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 478,60€ (quatrocentos e setenta e oito euros e sessenta centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa. Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 12 – Proposta de Deliberação do Vice-Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho de 22 de julho de 2016, que aprovou a Lista das Propostas Elegíveis e Não Elegíveis apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo – Edição de 2016. Mais informa que, das 29 propostas apresentadas, considerou a equipa técnica que 22 reúnem condições para seguirem para votação. Analisada a incidência territorial das propostas apresentadas, verifica-se a seguinte repartição por freguesia: União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede – 4; União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto – 1; União de Freguesias de Alvega e Concavada – 1; Freguesia de Bemposta – 1; Freguesia de Carvalhal – 2; Freguesia de Fontes – 1; Freguesia de Martinchel – 1; Freguesia de Mouriscas – 2; Freguesia do Pego – 5; Freguesia de Rio de Moinhos – 3; União de Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós – 1; Freguesia de Tramagal – 3. Não foi apresentada qualquer proposta com incidência territorial na União de freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo. As restantes propostas (4) têm abrangência a todo o território do concelho. – PG 253967

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, na ausência da Sra. Presidente, ao abrigo do disposto no nº 3 do artº 57º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, exerceu o Vice-Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara que aprovou, a Lista das Propostas Elegíveis e Não Elegíveis apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo – Edição de 2016.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 13 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 26 de julho de 2016, e de informação da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, datada de 06 de junho de 2016, remete para autorização da despesa a realizar com os transportes escolares no ano letivo 2016/2017, mais concretamente com a aquisição dos cartões (vinhetas) para os passes escolares que são requisitados, anualmente, pela Câmara Municipal de Abrantes à empresa transportadora, neste caso à Rodoviária do Tejo, no montante estimado em 310.000,00€ (trezentos e dez mil euros), mais IVA. – PG 280222

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização da despesa com os transportes escolares no ano letivo 2016/2017, concretamente com a aquisição dos cartões (vinhetas) para os passes escolares à empresa transportadora, no montante estimado em 310.000€ (trezentos e dez mil euros), mais IVA, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, no uso de competência própria, nos termos da al. f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, autorização para assunção de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do nº1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 14 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação do órgão executivo o relatório final do júri do procedimento para “Aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares do concelho de Abrantes, para o ano letivo 2016/2017”, o qual sugere:

- adjudicação à “Sociedade de Automóveis de Aluguer do Zêzere, Lda.”:
 - Lote 1 – Bairro Fundeiro, Carreira do Mato/Rio de Moinhos, pelo montante de 6.365,00€+IVA;
 - Lote 2 – Casal da Serra/Martinchel (ligação ao autocarro para Rio de Moinhos), pelo montante de 2.515,60€+IVA;
 - Lote 3 - Casal do Rei/Martinchel (ligação ao autocarro para Rio de Moinhos), pelo montante de 1.995,00€+IVA.;
- adjudicação à firma “TÁXIS POMBO DE MAÇÃO, LDA.”

- Lote 4 – Vale do Esteio, Casal dos Sourões, Camarrão/Mouriscas, pelo montante de 4.750,00€+IVA;
- Lote 6 – Barreiras do Tejo/Abrantes, pelo montante de 1.497,20€+IVA;
- Lote 7 – Sanguinheira/Foz (circuito de ligação – paragem da Rodoviária do Tejo) pelo montante de 4.212,30€+IVA;
- Lote 8 – Herdade das Tojeiras / Foz (circuito de ligação – paragem da Rodoviária do Tejo), pelo montante de 6.650,00€+IVA;
- Lote 11 – Areia, Casa Branca/Escola Básica de Alvega, pelo montante de 13.300,00€+IVA;
- adjudicação à firma "RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A."
 - Lote 10 – Casais de Revelhos, Alferrarede Velha/Escola Básica Maria Lucília Moita (Chainça), pelo montante de 20.858,20€+IVA;
 - Lote 12 – Barrada, Vale Zebrinho, S. Facundo/Escola Básica de Bemposta, pelo montante de 17.630,10€+IVA;
 - Lote 13 – Vale das Mós, Courela, C. Bica, Brunheirinho, Vale de Horta/Escola Básica de Bemposta, pelo montante de 19.718,20€+IVA;
 - Lote 16 – Arreciadas, S. Macário, Arrifana, Cabrito/Escola Básica de Rossio ao Sul do Tejo, pelo montante de 19.718,20€+IVA;
 - Lote 18 – Crucifixo/Escola Básica de Tramagal, pelo montante de 14.208,20€+IVA;
- adjudicação à firma "SORRISO DA CIDADE, LDA."
 - Lote 14 – Maxial, Fontes, Bairrada / Escola Básica de Carvalhal, pelo montante de 20.881,00€+IVA;
- adjudicação à firma "UTS - VIAGENS E SERVIÇOS, S.A."
 - Lote 15 – Martinchel/Escola Básica de Rio de Moinhos, pelo montante de 17.052,50€+IVA;
 - Lote 17 – Bicas/Escola Básica de S. Miguel do Rio Torto, pelo montante de 14.962,50€.

Mais refere o Relatório Final, que o Lote 5 - Monte de Vale de Água e o Lote 9 - Casal D. António/Pego (circuito de ligação - paragem R.Tejo) ficaram desertos. – PG 267666

Aprovou também as minutas de contrato de aquisição de Serviços de Circuitos Especiais de Transportes Escolares do Concelho de Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e:

- Sociedade de Automóveis de Aluguer do Zêzere, Lda.;
- Táxis Pombo de Mação, Lda.;
- Rodoviária do Tejo, SA.;
- Sorriso da Cidade, Lda.;
- UTS – Viagens e Serviços, SA.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Relatório Final do Júri do procedimento para "Aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares do concelho de Abrantes, para o ano letivo 2016/2017", bem como, as minutas de contrato a celebrar, delegando na Sra. Presidente poderes para assinatura dos mesmos.



Nº 15 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, face à intenção de aplicação de excedentes de tesouraria, remete para autorização do órgão executivo abertura de conta bancária nas instituições Caixa de Crédito Agrícola Mutuo e no Montepio Geral, nos termos do ponto 4.1.7.1 das Normas de Controlo Interno. – PG 283710

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a abertura de contas bancárias instituições Caixa de Crédito Agrícola Mutuo e no Montepio Geral, nos termos do ponto 4.1.7.1 das Normas de Controlo Interno.



Nº 16 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 25 de julho de 2016, e de informação da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 06 de julho de 2016, remetendo para autorização do órgão executivo, assunção da despesa, no montante de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), para o fornecimento de refeições no âmbito das atividades de Animação de Verão, por parte do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município e o referido Centro Social. – PG 286223

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção da despesa relativa ao fornecimento de refeições no âmbito das atividades de Animação de Verão, por parte do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado.



Nº 17 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com dispensa do pagamento total das respetivas de taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro cêntimos), para instalação de duas bancas de publicidade destinadas à venda de brindes, nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2016, em Abrantes. – PG 286613

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido da Renascer, ao abrigo do disposto nos artºs 10º e 13º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do pedido da Junta de Freguesia de Mouriscas, a solicitar apoio para a realização da XXIV Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia de Mouriscas. – PG 284765



Deliberação: Por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a concessão de um apoio de 500,00€ (quinhentos euros) à Junta de Freguesia de Mouriscas para realização da XXIV Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia de Mouriscas, por competir a este órgão deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 21 de julho de 2016 e do serviço de desporto da Divisão de Cultura, Património e Desporto, que remete para aprovação atribuição de apoio à Casa do Povo de Alvega, no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), para fazer face aos custos suportados com a realização do "Festival de Canoagem", integrado nas atividades desportivas das Festas de Abrantes 2016, que se realizou no dia 10 de Junho na Estação de Canoagem de Alvega. – PG 285665

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio à Casa do Povo de Alvega, no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), para fazer face aos custos suportados com a realização do "Festival de Canoagem", nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, ao abrigo do disposto na al. u) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa e da Chefe da Divisão de Conhecimento e Intervenção Social, datada de 07 de julho de 2016, que remete para aprovação, a transferência de verba para o Banco Social, no valor de 10.000,00€ (dez mil euros). - 74097

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência da referida verba para o Banco Social, ao abrigo da al. v) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

À Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, para proceder em conformidade.



Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 21 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, no seguimento de uma informação do serviço de cultura, datada de 22 de julho de 2016, acerca do pedido da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a solicitar a cedência e a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do auditório do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, no dia 3 de dezembro de 2016, para realização do espetáculo "Musical de Natal". – PG 284186



Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 193,64€ (cento e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos), à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 22 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, na sequência do pedido do Agrupamento de Escolas nº 1 de Abrantes, a solicitar cedência de transporte gratuito e dispensa do pagamento de taxas pela utilização das Piscinas Municipais de Abrantes, durante o próximo ano letivo 2016/2017, por parte de 14 alunos com Necessidades Educativas Especiais que frequentam as três Unidades de Apoio à Inclusão (uma da Escola de Rossio ao Sul do Tejo e duas da Escola D. Miguel de Almeida) e respetivos docentes, para desenvolverem sessões de Mobilidade no meio Aquático na Piscina Municipal e Hipoterapia na Unidade Militar de Abrantes. A utilização das piscinas será de uma vez por semana, às quartas-feiras pelas 10h. Às sextas-feiras deslocar-se-ão à Unidade Militar de Abrantes para a Hipoterapia. – PG 285885

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do transporte e a dispensa do pagamento das respetivas taxas (no montante de 411,84€), ao Agrupamento de Escolas nº 1 de Abrantes, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 23 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, respeitante ao pedido da Escola EB 2,3 Ciclos e Secundário de Mação, a solicitar a cedência e dispensa do pagamento de taxas pela utilização do Cine Teatro S. Pedro, para realização de um espetáculo de solidariedade para com uma criança do concelho de Abrantes, Leonor Dias Oliveira, que padece de doença grave, a levar a efeito no dia 15 de outubro de 2016. Mais informa que solicitam apoio logístico, nomeadamente, recursos humanos e equipamentos – PG 282227

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a utilização do Cine Teatro S. Pedro e o apoio logístico solicitado, no dia pretendido, e dispensar a Escola EB 2,3 Ciclos e Secundário de Mação, do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 193,64€ (cento e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 24 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 104 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 21 de julho de 2016, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Construção de Escultura – a



Celebração do Tempo – alusiva ao Centenário da Cidade de Abrantes”, adjudicada a Firmino Fernandes Bispo, Lda., para efeitos de receção provisória. – PG 285670

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória final, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

A Vereadora do PSD, Elza Vitório, agradeceu a informação prestada na reunião de 19 de julho de 2016, na sequência de uma questão colocada por si em reunião anterior sobre os montantes envolvidos e questionou se a verba referente à instalação da referida escultura, foi suportada pela autarquia ou se teve algum patrocínio.

A Presidente da Câmara disse que a verba envolvida saiu do orçamento municipal, até à data não houve qualquer patrocínio, apesar de haver duas entidades interessadas em patrocinar ao abrigo da lei do mecenato.

Referiu que se trata de uma opção política e nada mais tem a acrescentar sobre este assunto.



Nº 25 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 14 de julho de 2016, acerca da empreitada de “Aquapolis Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes”, adjudicada à sociedade comercial Construções José Coutinho, SA, com vista a que, decorrido o período de audiência prévia e não tendo havido reclamação, se torne definitiva a deliberação da CM de 24 de maio de 2016, relativamente à intenção de indeferimento da liberação do valor final da caução, tendo em conta, o disposto no nº5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012, de 22 de agosto e as anomalias constantes do Auto de Vistoria de 18 de março de 2016. – PG 265329

Deliberação: Por unanimidade, tornar definitivo o indeferimento a liberação do valor final da caução da empreitada de “Aquapolis Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes”, adjudicada à sociedade comercial Construções José Coutinho, SA, de acordo com a informação da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 14 de julho de 2016.



Nº 26 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 100 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 18 de julho de 2016, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Requalificação dos balneários de apoio ao campo de futebol nº 3 de Abrantes”, adjudicada à empresa Alpeso – Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva. – PG 284371

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva da empreitada de “Requalificação dos balneários de apoio ao campo de futebol nº 3 de Abrantes”, devendo

Handwritten signature and date 10/1

proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 27 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 101 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 19 de julho de 2016, acerca do processo conducente ao lançamento da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO C.M. 1208-1 ENTRE O C.M. 1208 E ÁGUA DAS CASAS”, propondo o seguinte: - PG 285563

1. Que seja aprovado o Projeto de Execução relativo à empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO C.M. 1208-1 ENTRE O C.M. 1208 E ÁGUA DAS CASAS”;
2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dada a especificidade dos trabalhos;
3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro;
4. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 254 141,70€ (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e um euros e setenta centímetros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação;
5. Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adotado, como procedimento prévio à contratação, o Concurso Público – sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º e seguintes, todos do CCP;
6. Que o procedimento concursal seja publicitado no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP;
7. Que o prazo para a apresentação das propostas seja de 36 dias;
8. Que o prazo de execução da obra seja de 90 dias;
9. Que sejam aprovadas as peças do procedimento, das quais se destacam:
 - a) O Programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP;

- b) O Caderno de encargos contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, bem como o Projeto de Execução, nos termos do artigo 43.º do CCP;

10. Que para efeitos de prévia cabimentação da despesa e assunção de compromissos nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 4 que corresponde a 254 141,70 € (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e um euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

11. Que sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os atos na Plataforma Eletrónica *Gatewit*, no endereço eletrónico <https://www.compraspublicas.com>;

12. Que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso com vista ao acompanhamento do presente procedimento, seja constituído pelos elementos adiante designados:

Membros efetivos:

- Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da DGPP;
- 1º Vogal: Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira, Técnica Superior da DGPP;
- 2º Vogal: José António de Jesus Grácio, Técnico Superior da DGPP;

A substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pela 1º Vogal.

Membros suplentes:

- 1º Suplente: Cristina Isabel Loureiro da Silva Nunes Chapado Tenera, Técnica Superior da DGPP;
- 2º Suplente: Fernando Jorge Rente Lopes, Técnico Superior da DGPP;

A substituição do 1º e 2º Vogais efetivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos membros suplentes.

13. Que o critério de adjudicação seja o do mais baixo preço;

14. O objeto da empreitada enquadra-se no código 45233141-9 (Manutenção de Estradas), do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada, bem como a adoção dos procedimentos sugeridos, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 101 da Divisão de Gestão Projetos e Produção.



Nº 28 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 98 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 12 de julho de 2016, acerca do processo conducente ao lançamento da empreitada de

"REQUALIFICAÇÃO DA E.M. 546-1 ENTRE CARVALHAL E SOUTO E DO RAMAL DE LIGAÇÃO DA E.N. 358 A CARVALHAL", propondo o seguinte: - PG 271584

1. Que seja aprovado o Projeto de Execução relativo à empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DA E.M. 546-1 ENTRE CARVALHAL E SOUTO E DO RAMAL DE LIGAÇÃO DA E.N. 358 A CARVALHAL";
2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dada a especificidade dos trabalhos;
3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
4. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 314.155,21 € (trezentos e catorze mil, cento e cinquenta e cinco euros e vinte e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação;
5. Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adotado, como procedimento prévio à contratação, o Concurso Público – sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º e seguintes, todos do CCP;
6. Que o procedimento concursal seja publicitado no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP;
7. Que o prazo para a apresentação das propostas seja de 36 dias;
8. Que o prazo de execução da obra seja de 60 dias;
9. Que sejam aprovadas as peças do procedimento em anexo, das quais se destacam:
 - a) O Programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP;
 - b) O Caderno de encargos contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, bem como o Projeto de Execução, nos termos do artigo 43.º do CCP;
10. Que para efeitos de prévia cabimentação da despesa e assunção de compromissos nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 4 que corresponde a 314.155,21 € (trezentos e catorze mil, cento e cinquenta e cinco euros e vinte e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

11. Que sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os atos na Plataforma Eletrónica *Gatewit*, no endereço eletrónico <https://www.compraspublicas.com>;

12. Que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso com vista ao acompanhamento do presente procedimento, seja constituído pelos elementos adiante designados:

Membros efetivos:

- Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da DGPP;
- 1º Vogal: Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira, Técnica Superior da DGPP;
- 2º Vogal: José António de Jesus Grácio, Técnico Superior da DGPP;

A substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pela 1º Vogal.

Membros suplentes:

- 1º Suplente: Cristina Isabel Loureiro da Silva Nunes Chapado Tenera, Técnica Superior da DGPP;
- 2º Suplente: Fernando Jorge Rente Lopes, Técnico Superior da DGPP;

A substituição do 1º e 2º Vogais efetivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos membros suplentes.

13. Que o critério de adjudicação seja o do mais baixo preço;

14. O objeto da empreitada enquadra-se no código 45233141-9 (Manutenção de Estradas), do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada, bem como a adoção dos procedimentos sugeridos, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 98 da Divisão de Gestão Projetos e Produção.



Nº 29 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 107 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 28 de julho de 2016, que envia para aprovação o Projeto de Execução de "Requalificação de Espaço Público para criação de Parque Intergeracional no Bairro de Vale de Rãs – Abrantes".

O valor estimado para a obra será de 221.975,58€ (duzentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Este projeto visa dotar a comunidade residente no Bairro de Vale de Rãs de um equipamento lúdico de utilização coletiva, de modo a estimular o surgimento de novas dinâmicas de utilização do espaço público e a promoção de uma interação mais efetiva entre grupos de diferentes gerações, colmatando assim a atual inexistência de qualquer oferta desta natureza.: - PG 288165

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Projeto de Execução de "Requalificação de Espaço Público para criação de Parque Intergeracional no Bairro de Vale de Rãs – Abrantes", com o valor estimado de 221.975,58€ (duzentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, condicionado à pronúncia favorável por parte da Agência Portuguesa do Ambiente e da EDP – Distribuição, relativamente à intervenção a realizar, previamente ao lançamento da respetiva empreitada.

A Presidente da Câmara mostrou a todo o executivo uma planta do referido projeto, que será realizado em duas fases e explicou o que se pretende fazer com esta requalificação.



Nº 30 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos, na sequência do pedido do Rancho Folclórico do Pego, a solicitar a cedência de transporte com isenção do pagamento das respetivas taxas, do Pego para o Aeroporto de Lisboa e vice-versa, com saída no dia 16 de agosto de 2016 às 05:00 horas e regresso no dia 23 de agosto de 2016 pelas 20:00 horas, tendo em conta a sua participação em diversos festivais de folclore na ilha da Madeira. – PG 265659

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do autocarro municipal de 51 lugares, para proceder ao transporte do Rancho Folclórico do Pego, nos termos solicitados, mediante a dispensa total do pagamento respetivo, no valor de 603,35€ (seiscentos e três euros e trinta e cinco cêntimos).

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção e à Divisão de Gestão Financeira e Administrativa para os devidos efeitos.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 31 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de junho de 2016, acerca caducidade da licença relativa à operação de construção de moradia, na Rua do Outeiro das Fontes, na localidade e freguesia de Fontes, Abrantes, requerida por Paula Cristina Brunheta Alagoa. – 180/2009

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da referida licença, nos termos do nº 5 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, conjugado com al. d) do nº 3 do mesmo artigo, pelo facto da interessada não haver concluído a obra, no prazo legalmente conferido para o efeito.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Mais informar que se, após o decurso do prazo da audiência prévia, nada for dito ou não contribuir eventual pronúncia para reverter o sentido da decisão, a presente deliberação converter-se-á em definitiva.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 32 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



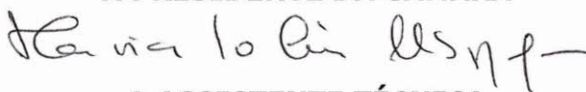
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e quarenta e dois minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



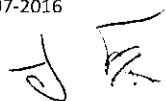
A ASSISTENTE TÉCNICA



Município de Abrantes

Data: 27-07-2016

Folha: 1



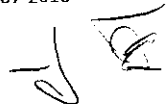
Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.08.2016

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG2763/2015:209986	19-02-2015	195438779	Maria Adriana Gonçalves Labronso Gravilha / Rua dos Oleiros - União de freguesia de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de anexo / Rua dos Oleiros - União de freguesia de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	11-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG354/2015:203623	08-01-2015	501770917	Cavalheiro e Filhas, Lda / Rua Rei D. Carlos I - União de freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de edifício destinado a instalação industrial / Rua Rei D. Carlos I - Olho de Boi - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	11-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG8348/2016:281900	17-06-2016	129257230	João Manuel da Conceição Nunes / Rua de Damão, 14 - Rc - União de freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Regularização de garagem / Rua de Damão, n.º 18 - União de freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	11-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG16601/2015:250531	23-11-2015	102487537	Fernando do Rosário Mendes / Rua Engenheiro Manuel, 77 - Tramagal	Legalização de ampliação em habitação / Rua de S. Luís, n.º 28 - Tramagal	Despacho	11-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.

Município de Abrantes

Data: 27-07-2016

Folha: 2



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.08.2016

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG6460/2015:220233	28-04-2016	217831958	Paulo Renato Marques Rodrigues / Rua 5 de Outubro, n.º 16 - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada	Alterações em edifício destinado a arrecadação / Rua 5 de Outubro, n.º 16 - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	11-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos. Considerando que o presente licenciamento acumula a finalidade de proceder aos trabalhos necessários para suprimir uma evidente irregularidade construtiva (incremento notório de volumetria), proponho que seja concedido o prazo limite de 30 (trinta) dias para requerer a emissão do Alvará e efetuar o pagamento das respetivas taxas, devendo proceder de imediato à execução dos trabalhos previstos
PG17756/2015:254424	18-12-2015	741728648	Clemente Ribeiro - Cabeça de Casal da Herança de / Rua Miratejo, n.º 76 - Tramagal	Legalização de anexos / Rua Miratejo, n.º 76 - Tramagal	Despacho	08-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG15804/2015:248367	06-11-2015	138907498	Maria do Carmo Martins Pinho da Silva Sobreiro / Rua David Mourão Ferreira, 2 - r/c A - Santo António de Cavaleiros	Regularização de alterações em habitação / Rua Direita, n.º 38 - Rio de Moinhos	Despacho	08-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG2108/2016:261786	05-02-2016	108452328	Rita Maria Passarinho Alves / Rua Inocêncio Francisco da Silva, 24 - 7.º - Frente - São Domingos de Benfica - Lisboa	Legalização de alteração de habitação e cozinha rústica / Rua 4 de outubro, n.º 126 - Carvalhal	Despacho	07-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG9251/2016:284898	05-07-2016	501461396	Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, S.A. / Rua Sacadura Cabral, 11 - Samora Correia	Alteração e reconstrução de habitação e anexo	Despacho	07-07-2016	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

Município de Abrantes

Data: 27-07-2016

Folha: 3

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.08.2016

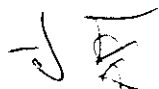
Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG7169/2016:278411	24-05-2016	122041348	Auzília da Conceição Morgado Gomes / Rua António Enes, 19 - 2.º - Direito - São Sebastião da Pedreira - Lisboa	Legalização de moradia / Rua Vale de Carreira, n.º 146, Carvalhal	Despacho	11-07-2016	Deferida licença, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto.
PG10014/2014:180489	09-07-2014	503340855	Lidl e Companhia / Rua Pé de Mouro n.º 18 - Sintra	Alteração de edifício destinado a comércio / Av. D. João I - União de freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	08-07-2016	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG2010/2015:207890	04-02-2015	168752000	Francisco Joaquim de Sousa / Beco da Vinha, n.º 41 - Pego	Legalização de alterações em edifícios / Beco da Vinha, n.º 22 - Pego	Despacho	08-07-2016	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG4864/2016:270710	06-04-2016	108012484	Ena da Conceição Delgado Pires e Outro / Avenida dos Defensores de Chaves, Bloco 1 - 3.º - Direito - União de freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e	Legalização de alterações em habitação / Balsa - Mouriscas	Despacho	12-07-2016	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG8462/2016:282326	21-06-2016	175058040	Evangelina Batista Pires / Rua da Chã, 115 - Crucifixo - Tramagal	Legalização de ampliação de habitação / Rua da Chã, 115 - Crucifixo - Tramagal	Despacho	12-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto
PG839/2016:257850	14-01-2016	153625210	Manuel dos Santos Passarinho / Largo da Portela, 16 - Carvalhal	Alteração de habitação / Rua Nossa Senhora da Boa Viagem - Carvalhal	Despacho	13-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos.

Município de Abrantes

Data: 27-07-2016

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.08.2016

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG1725/2015:207164	30-01-2015	111235413	Maria de Nazaré de Jesus Sousa / Travessa da Gonçalves, n.º 233 - União de freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de alteração de anexo / Travessa da Gonçalves, n.º 233 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	13-07-2016	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG8278/2013:122033	23-05-2013	121162621	José Gonçalves Galinha / Rua do Cabeço, n.º 354 - Tramagal	Alteração de edifício destinado a comércio e serviços / Rua do Cabeço, n.º 354 - Tramagal	Despacho	18-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG6858/2016:277340	17-05-2016	141705868	Vitor Manuel Duarte Monteiro Gonçalves / 3 Rue Jean Jacques Rousseau - Clamart - França	Ampliação e alterações em moradia e construção de anexo / Rua de Moçambique, n.º 137 - Tramagal	Despacho	18-07-2016	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito
PG12943/2015:239556	08-09-2015	105421340	João Pedro Rodrigues Amaro / Rua Professora Alice Brito, 22 - Souto - União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Construção de anexo destinado a arrumos / Praça Luís de Camões, n.º 130 - Souto - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	18-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG16994/2014:199163	01-12-2014	224383701	Nuno Miguel Duarte Barata / Rua do Robalbo, n.º 10 - Soito - Sabugal	Alteração de habitação e ampliação de anexo / Rua Miratejo, n.º 208 - Tramagal	Despacho	19-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG15949/2015:248794	10-11-2015	501415238	Mercar - Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Automóveis, Lda / Apartado 100 - União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Construção de arrecadação / Avenida 14 de junho - União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	19-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.08.2016

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG3992/2016:267655	16-03-2016	135949912	Maria de Lurdes Alves Teodoro / Rua das Alves, 168 - Bairrada - Fontes	Construção de habitação e muros / Rua da Bela Vista - Bairrada - Fontes	Despacho	19-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG12824/2015:239204	04-09-2015	165539623	António Luís Heitor / Casal do Chão do Lucas - Tramagal	Alteração de muro de vedação / Casal do Chão do Lucas - Tramagal	Despacho	21-07-2016	Indeferido pedido, com base na alínea a) do nº 1 do Artigo 24º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, promovendo-se audiência escrita do interessado, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, nos termos dos Artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, devendo o mesmo ser alertado que essa decisão converter-se- á como definitiva, após o decurso do prazo dessa audiência, nada sendo dito ou não contribuindo eventual pronúncia para reverter esse sentido de decisão. Após decurso do prazo de audiência prévia, deverá o processo ser alvo de reanálise a fim de ser proposta a implementação das medidas de tutela da legalidade urbanística.
PG5988/2016:274723	02-05-2016	146975278	Horácio Lopes Pereira Catroga / Rua da Circunvalação, 4 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Reconstrução de habitação / Rua da Circunvalação ao Parque Desportivo - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	21-07-2016	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.08.2016

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG11863/2015:236009	12-08-2015	175179247	António Jesus Viveiros Santos / Rua dos Oleiros - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de alterações em habitação / Rua Principal, n.º 820 - Abrançalha de Cima - União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	22-07-2016	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG6829/2016:277283	17-05-2016	214108171	Susana Maria Nunes Marques Alves / Rua Estrada da Balsa, n.º 1221 - Mouriscas	Construção de muro / Rua Estrada da Balsa, n.º 1221 - Mouriscas	Despacho	22-07-2016	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto
PG4788/2016:270546	06-04-2016	504746677	Outeiro das Mós - Investimentos Imobiliários, Lda. / Rua Bastos Nunes, n.º 42 - 2.º Dto - Queluz	Reabilitação de habitação multifamiliar / Rua Marquês de Pombal n.º 2, 4, 6 e 8 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	22-07-2016	Aprovado projeto de arquitetura, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito. Esta proposta de aprovação, considerando o estágio do processo de revisão do PUA, é efetuada nos termos do n.º 4 do Artigo 145º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).
PG10012/2014:180473	09-07-2014	236660136	Gonçalo José dos Santos Bernardo / Rua Projectada à Caniceira, 165 - Tramagal	Alteração de habitação / Rua António Ferreira Bairrão, n.º 126 - Tramagal	Despacho	22-07-2016	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG11560/2014:184499	11-08-2014	116130300	Deolinda Maria Matos Castanho / Rua da Correnteza - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Construção de anexos destinados a arrumos e arrecadação agrícola / Rua da Correnteza, n.º 17 - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	25-07-2016	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos

Município de Abrantes

Data: 27-07-2016

Folha: 7

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.08.2016

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG15364/2015:246920	28-10-2015	129708712	Maria José Leitão Alves Bento Bandeira / Rua Duarte Vidal, n.º 3 — 6.º Esq. - Lisboa	Alterações em moradia / Casal de Ferrarias, Mouriscas	Despacho	26-07-2016	Rejeitado liminarmente o pedido, com base no não cumprimento das orientações anteriores, concretamente no que se refere à entrega de (indispensáveis) elementos instrutórios. Promova-se audiência escrita da interessada, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, nos termos dos Artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, devendo a mesma ser alertada que essa decisão converter-se-á como definitiva, após o decurso do prazo dessa audiência, nada sendo dito ou não contribuindo eventual pronúncia para reverter esse sentido de decisão. Após o que o processo deverá ser reconduzido para proposta de implementação de medidas de tutela da legalidade urbanística e demais sanções previstas.
PG9538/2015:228834	24-06-2015	707661781	António Fernando Rosa Macieira - Cabeça de Casal da Herança de / Rua José Dias Simão, 76 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de alterações em moradia / Rua José Dias Simão, 76 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	26-07-2016	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG14231/2014:191929	09-10-2014	110522133	Manuel Gomes Gil / Rua Almada Negreiros, Lote 475 - 7.º D - 1800-016 Lisboa	Alteração / Legalização de habitação - Rua da Cabeça Alta, 174 - Pego	Despacho	27-07-2016	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos